

Artigo Original

A importância do serviço social nas organizações não governamentais para inclusão da pessoa com deficiência: relato de experiência da Fundação Pavel.

¹Gessika da Silva Sudário

²Marijany Costa de Miranda Silva

¹Acadêmica do curso de Serviço Social. ²Docente. Faculdade de Ensino Superior de Floriano.

RESUMO

As ONG's têm sua origem no período da ditadura militar e mais recente, especificamente, quando houve abertura para processos democráticos, onde a sociedade civil começou a se organizar através de lutas, multiplicando sua participação, e deixando de centralizar e passou a universalizar os direitos sociais. Daí a importância das relações entre o Estado e a sociedade civil para que haja a consolidação de redes de proteção a setores marginalizados é necessário esse elo que fortalece a identidade social e mantém o exercício da cidadania e garante direitos que são fundamentais para a igualdade de oportunidades e conseqüentemente o desenvolvimento de uma sociedade. A pesquisa é de cunho Bibliográfica, exploratória e qualitativa. A pesquisa tem como objetivo principal, analisar como acontece o exercício profissional do assistente social na política de Assistência, no Centro Terapêutico, projeto "Tecendo Amor" de responsabilidade da Fundação Pavel da cidade de Barão de Grajaú. E os específicos são: caracterizar a instituição Fundação Pavel e seu projeto "Tecendo Amor" (Centro Terapêutico); entender como a Política de Assistência Social dentro do Centro Terapêutico, projeto "Tecendo Amor" da Fundação Pavel tem organizado serviços, programas e projetos para atender a pessoa com deficiência; apresentar as demandas, limitações e desafios desses profissionais presentes em seu dia a dia na instituição; descrever as práticas do profissional de assistência social em sua atuação relacionada a educação e atendimento especial; entender como a instituição se mantém financeiramente e qual a relação que ela mantém com o Estado e/ou Município. Este artigo buscou trazer algumas contribuições para o debate sobre o Serviço Social e o trabalho desenvolvido nas ONGs na área da saúde. Como relatado não há uma boa relação entre instituição e conforme foi relatado pela assistente social o projeto requer dois tipos de demandas, uma demanda espontânea e a busca ativa, nos dois casos o

assistente social usa seus instrumentos (as entrevistas, visitas domiciliares), para a veracidade das informações repassadas. Verificações de domicílio, saúde e acessibilidade. E as famílias serão beneficiadas de acordo com as necessidades de cada família.

Palavras-chaves: ONGs, Atuação profissional, Pessoas com Deficiência, Demandas, Desafios e Competências.

ABSTRACT

NGOs have their origin in the period of the military dictatorship and more recently, specifically, when there was an opening for democratic processes, where civil society began to organize itself through struggles, multiplying its participation, and stopped centralizing and started to universalize social rights. Hence the importance of relations between the State and civil society for the consolidation of safety nets to marginalized sectors. This link is necessary to strengthen social identity and maintain the exercise of citizenship and guarantee rights that are fundamental to equal opportunities. and consequently the development of a society. The research is Bibliographic, exploratory and qualitative. The bibliographic survey technique was used through scientific publications with the “Google Scholar” tool. The main objective of the research is to analyze how the professional practice of the social worker in the Assistance policy takes place, at the Therapeutic Center, a “Weaving Love” project under the responsibility of the Pavel Foundation in the city of Barão de Grajaú. And the specific ones are: to characterize the institution Pavel Foundation and its project “Weaving Love” (Therapeutic Center); understand how the Social Assistance Policy within the Therapeutic Center, the “Tecendo Amor” project of the Pavel Foundation has organized services, programs and projects to assist people with disabilities; present the demands, limitations and challenges of these professionals present in their daily lives at the institution; describe the practices of social assistance professionals in their work related to education and special care; understand how the institution is financially maintained and what relationship it has with the State and / or Municipality. This article sought to bring some contributions to the debate on Social Work and the work developed by NGOs in the area of health. As reported there is no good relationship between the institution and as reported by the social worker, the project requires two types of demands, a spontaneous demand and an active search, in both cases the social worker uses his instruments (interviews, home visits), to the veracity of the information passed on. Home,

health and accessibility checks. And families will benefit according to the needs of each family.

Keywords: NGOs, Professional performance, People with Disabilities, Demands, Challenges and Skills.

INTRODUÇÃO:

A pesquisa tem com tema: A Importância do Serviço Social nas Organizações Não Governamentais para Inclusão da Pessoa com Deficiência que aborda o contexto histórico do assistente social e a importância da sua atuação nas ONG'S para inclusão de pessoas com deficiência. O interesse pessoal pelo tema partiu das observações feitas durante o estágio no Centro Terapêutico, projeto "Tecendo Amor", localizado na cidade de Barão de Grajau, bairro Vila do Bec. O Centro faz parte do núcleo de projetos da Fundação Pavel, localizada na cidade já citada.

O Serviço Social segundo Iamamoto (1992), é uma profissão que surgiu inicialmente para conter a população que se organizava para cobrar do Estado direitos sociais, mas devido aos agravantes sociais ocorridos pelo processo de industrialização e urbanização, o Serviço Social foi se desenvolvendo junto à divisão sócio técnica do trabalho, intervindo nas demandas que foram surgindo frente ao capitalismo, no que demandava a sociedade e seus pressupostos. (IAMAMOTO,1992).

A população aumenta a cada dia, e é dever do Estado ofertar serviços básicos e mais eficientes para todos sem distinção. Quando este não oferece as condições necessárias para que a população, surgem instituições que fornecem o auxílio para estes cidadãos, tais instituições fazem parte do que chamamos de Terceiro Setor, como por exemplos as Organizações Não Governamentais – ONGs que fazem o papel social, cultural, educacional, entre outros.

Gradativamente e de uma forma crescente as ONG's no Brasil se responsabilizam pelas políticas e serviços sociais, mas, com certa divisão, onde faz-se necessário parcerias. Elas atuam em espaço menor, que faz com que na sociedade civil elas não tenham tanta repercussão, pois devida as parcerias formadas entre elas e outras fundações sociais, as ONGS tem papel secundário, mas, fundamental na relação entre os movimentos sociais e o Estado, já que contribuem na organização e articulação interna desses movimentos.

Nota-se uma gama muito pequena de produções científicas sobre o papel do serviço social nas Organizações Não Governamentais no que diz respeito a Política de

Assistencial Social. Contudo, torna-se relevante essa pesquisa pois ela poderá demonstrar a importância do serviço social bem como a importância do exercício profissional neste tipo de instituição, podendo identificar quais são as demandas, requisições, atribuições e competências requeridas ao assistente social pela instituição.

A pesquisa tem como objetivo principal, analisar como acontece o exercício profissional do assistente social na política de Assistência, no Centro Terapêutico, projeto “Tecendo Amor” de responsabilidade da Fundação Pavel da cidade de Barão de Grajaú. E os específicos são: caracterizar a instituição Fundação Pavel e seu projeto “Tecendo Amor” (Centro Terapêutico); entender como a Política de Assistência Social dentro do Centro Terapêutico, projeto “Tecendo Amor” da Fundação Pavel tem organizado serviços, programas e projetos para atender a pessoa com deficiência; apresentar as demandas, limitações e desafios desses profissionais presentes em seu dia a dia na instituição; descrever as práticas do profissional de assistência social em sua atuação relacionada a educação e atendimento especial; entender como a instituição se mantém financeiramente e qual a relação que ela mantém com o Estado e/ou Município.

Diante das questões observadas durante meu estágio, e o que se via nas bibliografias, surgiram inúmeras perguntas em minha mente e o problema que me inspirou a produzir esse estudo foi as questões inerentes ao assistente social, será se o que a gente vê na literatura, artigos acontece na prática? quais as suas demandas, as limitações e desafios profissionais presentes em seu dia a dia na instituição já citada? como acontecia as práticas do profissional de assistência social em sua atuação relacionada a educação e atendimento especial na referida instituição? e como a instituição consegue desenvolver esse projeto, quais os recursos e que a fazem se manter financeiramente?

2- CONCEITOS E CONTEXTOS DAS ONGS NO BRASIL

As ONG's têm sua origem no período da ditadura militar e mais recente, especificamente, quando houve abertura para processos democráticos, onde a sociedade civil começou a se organizar através de lutas, multiplicando sua participação, e deixando de centralizar e passou a universalizar os direitos sociais.

A atuação dessas organizações contribuiu para o desenvolvimento de uma cultura de ação não governamental, que favoreceu o rápido crescimento e diversificação das ONGs que se observou nas décadas seguintes (FERNANDES, 1994; PRESSBURGER, 1996 apud FERREIRA, 2005, p. 44).

As chamadas Organizações Não Governamentais (ONGs) são formadas pela iniciativa da sociedade civil, apresentando uma natureza jurídico-legal privada, mas atuando junto às questões sociais mais gerais que conformam a sociedade.

De acordo com a Abong (2013, p.1), são consideradas ONGs,

[...] as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos.

Conforme Lopes et al. (2013), com a colaboração da sociedade civil no enfrentamento das questões sociais, é possível aprovar políticas públicas e alavancar sua adesão às demandas sociais, abrindo espaço na administração pública a fim de uma maior participação social para a formulação, monitoramento, execução e fiscalização das políticas públicas.

Daí a importância das relações entre o Estado e a sociedade civil para que haja a consolidação de redes de proteção a setores marginalizados é necessário esse elo que fortalece a identidade social e mantém o exercício da cidadania e garante direitos que são fundamentais para a igualdade de oportunidades e conseqüentemente o desenvolvimento de uma sociedade.

De acordo com Mendonça (2005), as ONGs vêm transformando seus papéis e as suas formas de relacionamento com seus colaboradores, alternando-se entre processos de colaboração/parceria e cooptação, dependência e busca de sustentabilidade. Com essas relações também vem sendo modificado o campo de ação das ONGs no que se refere à elaboração e implantação sobre as políticas de redução da pobreza e promoção do desenvolvimento.

2.1 ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ONG'S

Considerando que a atuação do assistente social em organizações não governamentais (ONG's) partem das configurações de sociedade civil em seu processo histórico, o qual foi se modificando e como estes se relacionam com o estado em diferentes manifestações ou sujeitos sociais.

A sociedade civil brasileira foi se modificando ao longo de sua história. Com ela as relações entre os cidadãos e o estado também sofreram modificações em vários aspectos e em diferentes sujeitos sociais. Partindo desse processo histórico é que podemos verificar como atua o assistente social em organizações não governamentais (ONGs).

Ao longo do tempo, o Estado e a sociedade civil brasileira possuem relações marcadas pela ocupação indevida dos bens públicos, onde a corrupção toma conta, o autoritarismo se instala e assim temos uma democracia inexistente, onde falta transparência, falta participação e o controle social é visto predominantemente. Gerando assim, a exclusão social que acarreta as grandes desigualdades, onde os direitos são negados, o acesso a bens e serviços são centralizados e a riqueza de um país inteiro fica retida aos poderosos, o chamado Patrimonialismo. Reinhard Bendix cita que:

No patrimonialismo, o governante trata toda a administração política como seu assunto pessoal, ao mesmo modo como explora a posse do poder político como um predicado útil de sua propriedade privada. Ele confere poderes a seus funcionários, caso a caso, selecionando-os e atribuindo-lhes tarefas específicas com base na confiança pessoal que neles deposita e sem estabelecer nenhuma divisão de trabalho entre eles. [...] Os funcionários, por sua vez tratam o trabalho administrativo, que executam para o governante como um serviço pessoal, baseado em seu dever de obediência e respeito. [...] Em suas relações com a população, eles podem agir de maneira tão arbitrária quanto aquela adotada pelo governante em relação a eles, contanto que não violem a tradição e o interesse do mesmo na manutenção da obediência e da capacidade produtiva de seus súditos. Em outras palavras, a administração patrimonial consiste em administrar e proferir sentenças caso por caso, combinado o exercício discricionário da autoridade pessoal com a consideração devida pela tradição sagrada ou por certos direitos individuais estabelecidos” (WEBER, 1986, p.270-1.)

Pós-1970, com o projeto neoliberal em curso, houve uma conjuntura de crise do capital. Várias modificações aconteceram na sociedade capitalista, por conta da necessidade de se reestruturar as áreas de produção e reprodução social. O objetivo disso tudo era garantir os padrões de acumulação e manter a hegemonia, aderindo e

conquistando o consentimento da classe trabalhadora, assim, o capital reorganiza relações sociais entre Estado, mercado e sociedade civil, assim, as dimensões econômicas, culturais, políticas e ideológicas da vida social são redefinidas.

Um novo quadro de resoluções sobre às expressões da questão social são apresentadas através da contrarreforma do Estado que estabelece um processo contínuo de “desmantelo da seguridade social”, veja abaixo:

Primeiro, as condições precárias da assistência social e da política social onde o enfoque está associado a parte não lucrativa para o capital e sim para a seletividade.

Segundo, privatizou-se dois veículos grandes um deles foi o mercado, que tem destaque nas políticas da área de saúde, previdência e educação, a partir do projeto neoliberal que transforma o social em “espaço mercantil” onde ocorre o financiamento da acumulação capitalista em tempos de crise. O segundo foi o terceiro setor juntamente com suas organizações, assumem o papel pelas respostas às manifestações da questão social, em detrimento do Estado. (BOSCHETTI, 2004, p. 116).

Com isso, evidencia-se uma assistência à questão social com modificação desfavorável a classe trabalhadora onde as “organizações sociais” e “organizações da sociedade civil de interesse público” ganham força na prestação de serviços sociais pois o Estado retira-se e realiza o mínimo possível. Essa teoria reforça a ideia de que o Estado é o gerente onde repassa para a rede privada e terceiro setor, a responsabilidade na execução de programas e projetos sociais, assumindo assim as políticas de auxílio à pobreza, de forma fragmentada e seletiva. (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2008, p. 183).

Segundo esses mesmo autores, apontam que a funcionalidade do terceiro setor possuem duas vertentes: a primeira é caracterizada pelo redimensionamento do Estado, que faz com que sejam minimizadas as ações deste ao enfrentar expressões de cunho social; a outra vertente é sobre a promoção de aliança e igualdade entre as classes sociais, eles colocam que essa vertente fragiliza a luta e a resistência dos trabalhadores.

O autor Duarte (2007), coloca que os Assistentes Sociais vivenciam corriqueiramente um sistema precário e a exploração do trabalho por meio de processos de instabilidade e insegurança, polivalência, terceirizações (não só nas ONGs, mas também em outros espaços do terceiro setor), bem como novas demandas e competências profissionais se impõem, articuladas às exigências do capital mundanizado.

Duarte, (2002), coloca ainda que a partir de 1990, as ONGs alteraram sua funcionalidade diante da sociedade, que foi determinada por um projeto neoliberal que foram chamadas a interferir ativamente nas respostas à questão social, fazendo modificações na relação que até então estava consolidada junto aos movimentos

sociais. O autor coloca ainda que esse discurso neoliberal que apresenta o Estado como ineficiente, abre espaço para participação da “sociedade civil organizada” que constitui uma justificativa que domina e desloca as responsabilidades com a parte social no que diz respeito ao Estado para o terceiro setor e para as ONGs, que é uma das expressões mais visíveis. Dilui-se um movimento de “positividade” e investimento em relação às ONGs em detrimento dos movimentos sociais e da garantia de políticas sociais públicas.

Assim, esse terreno impõe novos contornos ao exercício profissional nas entidades do Terceiro Setor, intensificando exigências profissionais, tais como: qualificação, competência, criatividade, dinamismo e flexibilidade, palavras carregadas de utilidade e significado em uma conjuntura de crise mundial do capital (DUARTE, 2010).

Ainda segundo Duarte (2010) nesse conjunto também se inserem exigências direcionadas à elaboração e à avaliação de programas e projetos sociais, somadas ao planejamento, gestão e monitoramento das ações e serviços, principalmente em “equipes multiprofissionais”.

Assim, faz-se exigência para o/a assistente social no Terceiro Setor, o resgate das legislações da profissão, bem como um debate e uma análise crítica sobre o exercício profissional baseado no Projeto Ético-Político Profissional (ênfatisando as dimensões do Serviço Social), objetivando a aproximação dos profissionais com as mudanças societárias, desmistificando o trabalho “desprofissionalizante” em tais organizações e contribuindo para a ampliação da dimensão da identidade profissional em sua plenitude crítica (DUARTE, 2010).

3. PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SEUS CONCEITOS

O decreto 3.298/99 considera deficiência como "toda perda ou anomalia de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano". (BRASIL, 2009)

Os autores, Araujo e Ferraz, (2010) colocam que há uma relação entre deficiência e limitação. No entanto, este conceito, abrange a espécie humana inteira. Eles apontam que os seres humanos em geral, possuem algum tipo de limitação, seja ela física, mental, psicológica, etc. Ainda segundo o autor, somos limitados por natureza e a aceitação desta se faz necessário para que haja uma efetivação de dignidade. Portanto, o autor enfatiza que a limitação não se caracterizaria como deficiência em si, mas as barreiras que são impostas por toda a sociedade, e isso impede o desenvolvimento dos seres humanos com os atributos a estes inerentes.

Definir um ser humano como deficiente é uma coisa difícil. Também é extremamente importante. A busca da igualdade material entre as pessoas e o entendimento de que a dignidade humana perpassa a eliminação de todas as barreiras que impeçam seu desenvolvimento completo trouxe a necessidade da criação de mecanismos de efetivação desta igualdade. (ARAUJO, FERRAZ p.3)

Para Diniz (2003), o conceito de deficiência vai além de considerar apenas os fatores como lesão, perdas ou alterações orgânicas, é necessário observar também os aspectos sociais que a tornam um fenômeno de inferioridade. O autor define que:

“Deve-se entender deficiência como um conceito amplo e relacional. É deficiência toda e qualquer forma de desvantagem resultante da relação do corpo com lesões e a sociedade. Lesão, por sua vez, engloba doenças crônicas, desvios ou traumas que, na relação com o meio ambiente, implica em restrições de habilidades consideradas comuns às pessoas com mesma idade e sexo em cada sociedade. Lembro que deficiência é um conceito aplicado a situações de saúde e doença e, em alguma medida, é relativo às sociedades onde as pessoas deficientes vivem”. (DINIZ, 2003, p. 1)

Segundo Fonseca (2008), a partir dos anos 2000, o termo deficiência passou a ser observado de forma ampliada, buscando compreender o indivíduo e seu contexto de maneira integrada. Ou seja, é necessário que as políticas que apoiam e dão assistência, devem acontecer como instrumentos de emancipação da pessoa com deficiência assim, prevalece o equilíbrio e assegura condições mínimas na efetivação da inclusão social.

Contudo, Lopes (2014) entende que deficiência é uma questão coletiva e de responsabilidade pública, segundo ele, é obrigação dos países prestar assistência a todas as questões que de fato garantam o exercício dos direitos humanos. Para que aconteça com eficácia as políticas devem ser realmente inclusivas onde os espaços, programas, produtos e serviços, sejam sempre universais, para a participação de todos sem distinção, sem obstáculos que prejudiquem a participação das pessoas com deficiência.

Corroborando com esse pensamento, Fonseca, (2007), coloca que muitas limitações como físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais são consideradas atributos das pessoas, e que estes podem ou não sofrer restrições para qualquer tipo de garantia

dos direitos, que segundo o autor, dependem dos obstáculos sociais ou culturais que são impostos aos cidadãos com tais limitações.

3.1 MARCO REGULATÓRIO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Por muitos anos as diferenças entre os seres humanos, eram consideradas como um risco à sociedade. Para muitos, a pessoa com deficiência era tratada como doente ou incapaz. Isso era motivo de medo, de eliminação, exclusão gerando assim segregação das pessoas com algum tipo de deficiência.

No século XIX, no Brasil a história das pessoas com deficiência começou a evoluir. Em alguns internatos da Europa, surgiram a educação especial em que cegos e surdos eram incluídos. Segundo Lanna Júnior (2010), na mesma época houve a introdução do sistema de Braille que é uma forma de escrita para os cegos. E entre 1880 e 1960, as pessoas com deficiência auditiva foram proibidas de usar a língua de sinais, pois, segundo eles poderia comprometer o aprendizado obrigatório da linguagem oral. Isso demonstra a dominação e hegemonia cultural de ouvintes sobre o grupo menor que eram os de surdos, os quais foram impedidos de se desenvolver utilizando sua cultura natural.

Com um Estado omissivo, muitas escolas especiais para crianças com deficiência intelectual, por muito tempo chamada de deficiência mental, eram introduzidas de forma paralela ao ensino público.

A partir de 1980, nasce o desejo de mudança, onde movimentos de pessoas com deficiência se reúnem em Brasília para discutir e colocar em pauta as reivindicações que todos eles tinham em comum, para buscar pelos direitos. Com isso nasceu um sentimento de pertencer a um grupo, tomando consciência dos problemas que eram na verdade coletivos e, por isso, as lutas e as conquistas deveriam objetivar o espaço público (SÃO PAULO, 2011).

Segundo Figueira (2008), somente no ano de 1981, considerado pela ONU o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, é que as entidades começam a se organizar politicamente ou seja, a pessoa com deficiência que por bastante tempo caminhou de forma excluída ou segregada em entidades, começa a dar passos em busca de seus direitos. Lanna Júnior (2010), coloca que segundo depoimento de Sasaki foi a partir desse ano que surgiu pela primeira vez a palavra “PESSOA” para referenciar que as pessoas com deficiência possuem dignidade e identidade própria.

Com esses movimentos houve no Brasil, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, isso foi possível devido a participação direta e efetiva dos

indivíduos que se fortalecem como grupo populacional, que passaram a cobrar seus direitos civis, políticos, sociais e econômicos. (GARCIA, 2011).

Há leis próprias relacionadas a política de inclusão, acessibilidade, garantias para surdos, cegos e pessoas com baixa visão. Outra parte importante dos direitos está inserida, de forma transversal, na legislação geral da saúde, educação, trabalho, proteção social, cultura, esporte, etc. As leis mais recentes apresentam o recorte da pessoa com deficiência, como, por exemplo, a acessibilidade nos programas habitacionais públicos e a política de mobilidade urbana.

Na esfera Federal, foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), que no futuro vinha a se tornar Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Caberia ao órgão propor e avaliar as leis e decretos, bem como articular as políticas entre ministérios para a agenda de inclusão e o apoio. Posteriormente, surgiu o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE).

A primeira lei federal abrangente sobre as pessoas com deficiência é a Lei 7.853/1989 (regulamentada pelo Decreto 3.298/1999). A lei dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público e define crimes.

As Leis 10.048 e 10.098/2000 tratam da acessibilidade como aponta o Decreto 5296/2004, elas estabelecem as normas que promovem acessibilidade e que garantem atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (idosos, gestantes).

Essa legislação assegura ainda acessibilidade na comunicação e informação, redes de telefonia fixa e móvel, janela com intérprete de Libras, imagens com audiodescrição para cegos na televisão, no cinema, no teatro, em campanhas publicitárias e políticas, sites devem ser acessíveis e a tecnologia assistiva que garantam autonomia, com equipamentos como talher adaptado, embreagem manual de carro e programas de computador, que favorecem a leitura da tela para cegos.

Para a pessoa surda foi regulamentada a lei de número 10.436/2002. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é oficial, e no português escrito é considerado como segunda língua. Com isso é obrigatório que haja capacitação dos profissionais públicos em Libras.

A educação bilíngue, a formação de tradutores e guias-intérpretes de Libras, está inserida no Decreto 5626/2005 e a lei que regulamenta essa profissão e que permite a

realização de concursos públicos e contratações destes profissionais é a de número 12.319/2010.

O Decreto 5626/2005 abrange a educação bilíngue, a formação de tradutores e guias-intérpretes de Libras, tal profissão é regulamentada pela Lei 12.319/2010, que permite concursos públicos e contratação desses profissionais.

A Lei 11.126/2005 e o Decreto 5904/2006, permite que cão-guias sejam utilizados por pessoas com deficiência visual ou com baixa visão, em transportes coletivos cujo lugar seja demarcado como preferencial e também são permitidos em outros ambientes.

O acesso ao mercado de trabalho é sem dúvidas um marco em relação as políticas afirmativas, onde a reserva de cargos nos concursos públicos é determinada pela Lei 8.112/1990. Outra lei importante foi publicada para regulamentar a reserva de 2 a 5% dos cargos nas empresas com 100 ou mais empregados, Lei 8.213/1991 que beneficia pessoas em processo de reabilitação e pessoas com deficiência capacitadas profissionalmente.

4 - HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO PAVEL

De acor com o Estatuto criado em 25/09/2000, a Fundação Pavel é uma entidade sem fins lucrativos, sediada no leste do Estado do Maranhão, mais especificamente na cidade de Barão de Grajau. Fundada no ano de 1992 pela família Pavel, residente na cidade de Aachen, na Alemanha. Os principais fundadores foram o Sr. Klaus Pavel e Grudeen Pavel esposa do consul do Brasil na Alemanha, e Iva Carvalho Engels, brasileira e assistente de Klaus Pavel na Alemanha.

A instituição tem como objetivo, promover e defender políticas sociais para comunidade menos favorecida, através de ações e projetos que vem de encontro as necessidades latentes da comunidade carente. Essas ações de cunho social é bastante diversificado como: educação, esporte, lazer, saúde, cultura, sempre pautados no respeito a diversidade de cada individuo, sem distinção de raça, gênero, ou religião, sempre visando estimular os envolvidos a terem sua independência, tendo como lema: “Dei-me o anzol e não o peixe”

Um dos principais projetos da Fundação é o chamado “Tecendo Amor”, que é um Centro terapêutico inaugurado em 12 de Março de 2003, idealizado para atender crianças e adolescentes com deficiência e para demais crianças com mobilidade reduzida ou algum trauma ortopédico sofrido.

O Projeto passou atender também no contra turno escolar, pois percebeu-se uma auxencia de tratamento especializado fornecido pelo Municipio, tendo assim, que a fundação assumir esse compromisso para bem estar dos beneficiados.

O projeto não conta com ajuda do município, mais com a ajuda de fisioterapeutas e outros profissionais de forma voluntária. O centro possui ampla sala de fisioterapia, com profissionais competentes e equipamentos que auxiliam no tratamento e reabilitação das pessoas assistidas pela fundação. É perceptível a grande contribuição dada pela Fundação especificamente pelo projeto “Tecendo Amor”, que passou a atender anualmente cerca de Dez Mil pessoas. São mais ou menos 70 crianças atendidas diariamente, entre deficientes, mobilidade reduzida e atendimentos especializados de fisioterapia.

4.1- RELAÇÃO DA FUNDAÇÃO PAVEL COM O ESTADO E /OU MUNICÍPIO

A falta de apoio financeiro no Brasil para manutenção de projetos já existentes e a elaboração de novos projetos para atender as novas demandas faz com que muitos projetos deixem de ser executados e mais pessoas de serem atendidas.

Na cidade houve alguns convênios com o governo do Estado, sempre seguindo os critérios estabelecidos pelo Estado, ou seja, através de chamamentos ou editais. No município a gestão municipal segue a mesma linha do Estado, convoca editais, só que não apresenta interesse nos projetos apresentados pela instituição. A gestão do município prima por projetos que beneficiem somente o que lhes convém, ou seja, não há uma boa relação entre Gestão Municipal e Instituição.

4.2-ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ATENDIDAS NA FUNDAÇÃO PAVEL

Desde o nascimento ou no decorrer da vida, um individuo pode desenvolver algum tipo de deficiência que atinge todos os níveis de idade. Essas pessoas necessitam do acompanhamento da escola, da família, da comunidade, do município e de políticas públicas para estimular o seu desenvolvimento e autonomia.

Corroborando com ideia esplanada acima, a Assitente Social do Centro Terapêutico da Fundação Pavel responde que:

“existem dois tipos de demandas, uma demanda espontânea e a busca ativa, nos dois casos o assistente social usa seus instrumentos; as entrevistas, visitas domiciliares, para a veracidade das informações repassadas. Verificações de domicílio, saúde e acessibilidade. E as famílias serão beneficiadas de acordo com as necessidades de cada família”.
(A.S DA FP).

5-METODOLOGIA

5.1 Objeto de estudo

A pesquisa teve como objeto de estudo a Fundação Pavel especificamente seu projeto intitulado “Tecendo Amor”, que é um Centro terapêutico, que atende pessoas com deficiência, mobilidade reduzida entre outros. A relação existente entre o que é analisado nas bibliografias e o que acontece na prática, tentando estabelecer através das respostas obtidas se a situação observada realmente tem efetividade, ou seja, qual papel do Serviço Social dentro da Fundação Pavel, no seu projeto do Centro terapêutico (“Tecendo Amor”).

5.2 Tipos de pesquisa

A pesquisa é de cunho Bibliográfica, exploratória e qualitativa. Utilizou-se a técnica de levantamento bibliográfico através de publicações científicas com a ferramenta “Google Acadêmico”. Para a abordagem Exploratória e Qualitativa utilizou-se de observações através do depoimento da Assistente Social da Instituição estudada: Fundação Pavel especificamente o Centro terapêutico que é intitulado “Tecendo Amor”. Buscou-se ainda através de algumas perguntas, fazer um levantamento histórico da Fundação Pavel, seus fundadores, seus projetos, seus parceiros, seus funcionários e pessoas assistidas por ele.

A pesquisa do tipo bibliográfica segundo (GIL, 2010) é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Houve um levantamento de dados através da seleção dos principais autores de artigos ou livros sobre o assunto abordado.

O estudo quanto aos objetivos foi do tipo Exploratória que segundo (GIL, 2008) proporciona maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado.

Tratando-se da abordagem, o estudo consiste em qualitativa que investiga as manifestações de determinado fenômeno, através de suas crenças, valores, motivações e sentimentos, dentro de um contexto de significados, com intuito de compreender os indivíduos quanto às suas percepções e sentimentos sobre o fato investigado (GOLDENBERG, 2009).

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Este artigo buscou trazer algumas contribuições para o debate sobre o Serviço Social e o trabalho desenvolvido nas ONGs na área da saúde. Não visa esgotar o assunto abordado, mas, observar o que dizem as bibliografias e o que há na prática.

O estudo demonstra impactos negativos, econômicos, sociais e políticos, tudo com resquícios do projeto neoliberal. Constatou-se através deste, uma dificuldade enorme no campo financeiro da instituição pesquisada, que assim com as demais ONGs, elas vêm sofrendo muito nos últimos anos, tanto que passam por um processo crítico, ao não conseguirem encontrar parceiros ou investimentos públicos ou privados. Sendo assim, muitos se veem na obrigação de reduzir o número de projetos. Como relatado não há uma boa relação entre instituição e

Conforme foi relatado pela assistente social o projeto requer dois tipos de demandas, uma demanda espontânea e a busca ativa, nos dois casos o assistente social usa seus instrumentos (as entrevistas, visitas domiciliares), para a veracidade das informações repassadas. Verificações de domicílio, saúde e acessibilidade. E as famílias serão beneficiadas de acordo com as necessidades de cada família.

Observou-se também no decorrer deste artigo, que na questão de crise no dia a dia das ONGs é possível perceber modificações nas demandas do trabalho dos/as assistentes sociais, nas condições em eles realizam seu trabalho, a insegurança no emprego, as condições precárias, as formas com que acontecem a contratação destes profissionais (com redução ou ausência de direitos trabalhistas), dentre outros.

O estudo abre caminhos para que se pesquise mais a fundo a atuação destes profissionais em diferentes ONGs ou diferentes espaços. É necessário buscar conhecer a realidade concreta, pois sabe-se que o trabalho do assistente social nas ONGs no campo da saúde traz muitos desafios, por esse motivo essa temática é tão relevante, pois é necessário que nessa categoria profissional o assistente social tenha aprimoramento teórico para que sua atuação seja efetivada com qualidade e atendendo todas suas demandas pessoais e profissionais. Por ser um espaço desafiador, é também o meio pelo qual pode-se garantir o direito e suas necessidades, bem como a aproximação e conhecimento das políticas públicas e ainda demonstrar que o fazer profissional tem sua importância seja no meio público ou privado, desde que tenha seu viés voltado para um novo projeto societário.

REFERÊNCIAS

ABONG, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Brasil 2014. Disponível em: ABONG. Um novo marco legal para as ONGs no Brasil. Fortalecendo a cidadania e a participação democrática.

ABONG, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Brasil, Jul. 2007

ARENDDT, Hannah. Te origins of totalitarianism. Nova York: Harcourt Brace Jovanovitch, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação:Trabalhos Acadêmicos: Apresentação. Rio de Janeiro , 2011. p.11. Disponível em:

BRASIL. Decreto Nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm
Acesso em: 20 de outubro de 2020

BOSCHETTI, Ivanete. A seguridade Social na América Latina. In: Política Social no Capitalismo. São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA, Paulo Ferreira. Constituição viva: cidadania e direitos humanos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

CUTTER, S. L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. Revista Crítica de Ciências Sociais, 93, Junho, 2011, pp. 59-69

DINIZ, Débora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. Brasília: Letras Livres, 2003. (Série Aniz, 28).

DINIZ, Maria Helena. **Lei de introdução ao código civil brasileiro interpretada**. 15. ed. ver. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010

DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. Sur, Rev. int. direitos human. vol.6, n.11, São Paulo, Dec./2009

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. O Serviço Social e nas organizações não governamentais: tendências e particularidades. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. ONGs e políticas sociais públicas: um espaço em discussão a partir da Reforma do Estado no Brasil na década de 90. Monografia de conclusão de curso de especialização. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

_____. A funcionalidade do terceiro setor e das ONGs no capitalismo contemporâneo: o debate sobre sociedade civil e função social. Revista Libertas, Juiz de fora, v. 2, n. 2, p. 52-76, jul. 2008 (ISSN1980-8518). Disponível em:

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **O Serviço Social e nas organizações não governamentais**: tendências e particularidades Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil : ensaio de interpretação

FIGUEIRA, Emilio, Caminhando em Silêncio: Uma introdução à trajetória da pessoa com deficiência na história do Brasil. São Paulo, Giz Editorial, 2008

Fonseca (2008 FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. O conceito revolucionário da pessoa com deficiência, 2007. Disponível em:

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smacis/default.php?reg=4&p_secao=96 Acesso Outubro de 2020.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. O Trabalho da Pessoa com Deficiência e a Lapidção dos Direitos Humanos: O direito do trabalho, uma ação afirmativa. São Paulo: LTr, 2006.

FERNANDES, Rubem César. **O que é Terceiro Setor?** 1994a. Disponível em: <www.abong.org.br> Acesso Outubro de 2020.

GARCIA, Vinicius Gaspar. As pessoas com deficiência na história do Brasil. 2011 Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/pcd-brasil> Acesso Outubro de 2020.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

(GOLDENBERG, 2009). GOLDBERG, Ruth. **Como as Empresas Podem Implementar Programas de Voluntariado.** São Paulo: Instituto Ethos, 2001.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do Serviço Social**, 2.ed. revista, São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os espaços sócioocupacionais do assistente social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócioocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009. p. 341375.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008

IAMAMOTO, Marilda V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico – metodológica.** 2º ed. São Paulo: Cortez Editora, Lima, Peru: CELATS, 1983.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988

LANNA JUNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LOPES, L. F. Artigo 1: propósito. In: DIAS, J (Org.). **Novos comentários à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2014.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MENDONÇA, E. M. et al. **Desafios e Dilemas das Ongs na Cooperação Internacional: Uma Análise da Realidade Brasileira.** Gestão.Org, Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, 7 (1): 69-83, Jan/Abril 2009

MENDONÇA, Patrícia M.; ARAUJO, Edilson Tavares. ONGs e Cooperação Internacional: entre a Dependência e a Busca pela sustentabilidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29. 2005, Brasília – DF, Anais... Brasília: ANPAD. (CD-rom).

MOTA, Ana Elizabete. O mito da assistência social ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010

SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Memorial da Inclusão. 30 anos do AIPD: ano internacional das pessoas deficientes 1981-2011. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

VIEIRA, Liszt. Cidadania e globalização. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.